

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 018

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE MARÇO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Antonio Anibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se ausentes o senhores deputados Ricardo Maia e Sérgio Spada (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 640/99, item 10 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalho deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento da senhora Fuzako Kawamura, ocorrido no dia 13 do corrente mês, nesta capital.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta Augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 6938 - Vila Hauer - Cep - 81670-000, nesta capital, aos cuidados do senhor Toshikazu Kawamura.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o duto Plenário, nossos votos de congratulações aos alunos, professores e funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Paraná pelo transcurso do seu quadragésimo segundo aniversário de fundação, ocorrido ontem, dia 14 de março.

Solicitamos sejam notificados, através do seu reitor Clemente Ivo Juliatto, no endereço da rua Imaculada Conceição, nº 1.155 Prado Velho, nesta capital.

Sala das Sessões, em 15.03.2001

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente documento, REQUER, após ouvido o duto Plenário, congratulações para o engenheiro Julio Félix, diretor de Certificação do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, por representar nosso Estado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, aonde integra um grupo de pesquisa para a utilização de microorganismos e os produtos que dele se utilizam; registre-se, também, os nosso votos de felicidades pelo transcurso do seu aniversário nesta data.

Seu endereço para correspondência é Rua Padre Anchieta, nº 1.947, ap. 401, nesta capital.

Sala das Sessões, em 15.03.2001

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Notários pela inauguração de sua nova sede.

Sala das Sessões, em 15.03.2001

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Notários do Paraná (Anoreg) inaugurou em data de ontem (13.03.2001) a sua nova sede, no centro da nossa capital. O espaço, com mais de 500 metros quadrados, abrigará também outras instituições da mesma área como os Colégios Notarial e Registral do Paraná e os Institutos de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná (Irpen), e o de Estudos do Protesto de Títulos do Paraná.

O objetivo da associação é defender seus associados politicamente, além de oferecer benefícios em congressos e encontros. A instituição possui cerca de 1500 associados e atua em conjunto com cerca de 1800 cartórios de todo o Estado.

Pela inauguração de sua nova sede, receba a Associação dos Notários do Paraná (Rua Marechal Deodoro, 51 - 18º andar, edifício Wenceslau Glaser, galeria Ritz, Curitiba/PR os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sistema FIEP, pela comemoração dos 58 anos do Senai.

Sala das Sessões, em 15.03.2001

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial está comemorando 58 anos de prestação de serviços à comunidade, através de programas de qualificação profissional e de acordo com as necessidades da indústria.

Pelo Senai, que foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, estima-se em mais de 20 milhões o número de pessoas que participaram de cursos de preparação e qualificação de mão-de-obra, especialização e treinamentos, sempre direcionados às necessidades da indústria e suas potencialidades.

No Paraná 1.870.182 pessoas passaram pelo Senai no período de 1943 a 2000, pelas unidades fixas e móveis e a unidade paranaense foi a primeira da América Latina a conquistar o Prêmio ISO 9001 nas áreas de educação profissional, assistência tecnológica e ensaios laboratoriais.

Pela comemoração dos gloriosos 58 anos do Senai, que prestou sempre um importante serviço ao nosso Estado, receba o presidente da Fiep - senhor Carlos Alberto Gomes de Carvalho (Avenida Cândido de Abreu, 266 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, ao DER e a empresa Econorte, solicitando que a empresa Econorte faça uma rotatória ou colocação de semáforos, com melhorias substanciais de sinalização na BR-369 com cruzamento da Avenida Brasil, próximo a empresa Sadia, no município de Cambé - PR, em razão de inúmeros acidentes com vítimas fatais que ocorrem constantemente neste local.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 59/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no município de Imbaú.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora em tela, reveste-se de caráter essencial, tendo em vista que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida a todas as crianças atendidas.

A entidade visa proporcionar defesa dos direitos dos portadores de deficiência, infância melhor, higiene, educação e se adaptar ao convívio social.

Assistência médica à criança excepcional, com acompanhamento de psicólogas e demais profissionais, manutenção e desenvolvimento de suas atividades.

Presta ainda outros e relevantes serviços, a entidade ora analisada, razão que entendemos por oportuno, em solicitar o apoio e aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 60/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reduzida para 12% (doze por cento) a alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, nas operações internas com medicamentos genéricos, assim considerado o produto

farmacêutico definido na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Executivo realizará a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da redução na arrecadação, firmando o convênio para a redução de alíquota de que trata esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente da CPI dos Medicamentos

ANTONIO CARLOS BELINATI

Relator da CPI dos Medicamentos

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se através deste projeto de lei incentivar a produção e comercialização de produtos genéricos no Estado do Paraná.

No trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, da Assembléia Legislativa do Paraná, ficou clara a importância de se criar meios para a expansão da produção e distribuição desses remédios.

Os medicamentos genéricos, por seu menor preço, são essenciais à população, que tem despendido elevados gastos com a saúde.

Espera-se, com essa providência de reduzir a alíquota do ICMS dos medicamentos genéricos, contribuir para consolidar a produção, distribuição e consumo dos remédios genéricos, em benefício de toda a sociedade.

A redução da alíquota dos remédios para doze por cento vai solucionar o problema da diferença de alíquota existente entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. cabe salientar que muitas farmácias do Paraná possuem filiais em São Paulo, onde a alíquota é de 12%, fato este que foi observado em fiscalizações da CPI dos Medicamentos.

Utilizando-se de notas fiscais dos dois Estado, São Paulo e Paraná, essas farmácias conseguiram burlar o fisco paranaense, representando evasão de divisas para a Fazenda Pública do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 61/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranavaí e Região, com sede no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranavaí e Região, construída sob forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, organizado para integrar os transplantados renais, os portadores de insuficiência renal e arrecadar fundos à associação.

O projeto de lei ora em tela, reveste-se de caráter essencial, tendo em vista que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida à população atendida, zelando pelo bem estar e principalmente pelo tratamento junto às pessoas atendidas.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o “caput” do art. 75 da Lei Complementar nº 07, de 13 de janeiro de 1977, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 75 - Pelo exercício em atividade de Educação ou Reabilitação de Excepcionais, o professor ou especialista de educação, mesmo o que esteja exercendo funções técnico/pedagógicas nos núcleos regionais de educação e SEED/DEE, perceberá uma gratificação especial correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, incorporáveis aos seus proventos de aposentadoria, se houver exercido por um período não inferior a cinco (05) anos consecutivos”.

Art. 2º - Esta lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa, coexistir com o princípio constitucional de proteção ao trabalhador paranaense, em especial, os professores que têm especialidade no tratamento com excepcionais. Por ser uma atividade especial que exige conhecimento de quem realmente conheça a área, pois necessita de estudos e formação específicos.

Pela justeza da presente proposta, acreditamos que esses professores merecem um adicional aos seus vencimentos pela especial atividade que exercem.

Assim, pelas razões acima expostas, esperamos poder contar com o apoio pelos pares dessa Casa de Leis, para a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente queremos anunciar aqui para satisfação nossa e da nossa Casa

de Leis a presença dos alunos do Colégio Palmares, do Bairro Campina do Siqueira, em Curitiba.

Sejam bem-vindos a nossa Casa.

No Pequeno Expediente o primeiro orador inscrito o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados e visitantes.

Na tarde de ontem ficamos surpresos com o pronunciamento feito pelo Líder do Governo, deputado Durval Amaral. Nesta tribuna, o ilustre deputado Caíto Quintana e outros senhores deputados posicionavam ao povo do Paraná a circunstância pela qual a Copel tem pretendida sua venda.

O Líder do Governo e alguns parlamentares da Situação argumentaram que no passado um ex-governador já fazia com que ações desta Companhia e de outras fossem colocadas à venda.

Não tive oportunidade de apartear o Líder do Governo. Por isso estou fazendo hoje. Queria que ele estivesse presente, como acredito estará.

Aqui se encontra meu amigo Durval Amaral.

Quanto ao ex-governador, não tenho procuração para defendê-lo e não faço parte do seu Partido e nunca fiz. Fui do MDB e agora sou do PDT. Nunca estive no PMDB, aquele governador, quando ofereceu ações para serem vendidas, teve o discernimento de ficar com o controle acionário desta Companhia, deixá-la nas mãos da família do Paraná, que é representada pelo governo, que transitoriamente ocupa o cargo maior deste Estado, por quatro anos.

Governador Requião, governador Richa, governador Álvaro, todos os antigos governadores, passados, e que já não se encontram mais conosco, sempre tiveram o zelo pela família do Paraná.

O que nós, da Bancada de Oposição estamos contestando não é fazer uma comparação. Existe uma diferença enorme entre vender ações e vender o capital acionário da empresa e vender a empresa. Não vale como argumento. O argumento que vale e nós estaremos cobrando quando aqui comparecer o presidente da Copel e secretário de Finanças, Ingo Hubert. Vamos argumentar a ele o lucro deste ano, 430 milhões de reais e quatrocentos e poucos milhões de reais. Por quanto a Companhia será vendida? Será vendida por "X". Se nós multiplicarmos este lucro operacional da Copel pelos futuros anos, a Copel não vai precisar de empréstimos de quem quer que seja e de amparo nenhum do governo federal. Digo isto porque outro dos argumentos do ilustre Líder é que existe uma política nacional energética de privatização, aquela ilha da fantasia que é Brasília, eles parecem que pensam que o rumo a ser tomado neste Paraná é o rumo desejado por Brasília. Enganam-se eles, o rumo a ser tomado pelo Paraná é identificado pelos poderes constituídos e pelos representantes do povo que somos nós.

Se vierem nesta Casa, deputado Durval Amaral, com argumentos, com números, com fatos de que real-

mente é necessária a privatização da Copel, não por influência de Brasília, mas para nós aqui no Paraná, que vai ser melhor para esses jovens que aqui estão e ocuparão os nossos lugares no dia de amanhã, eu quero sair desta Casa como eu entrei, de cabeça erguida, de dever cumprido e resguardando o interesse da família paranaense.

Por isso estamos aqui novamente, não defendendo uma posição de uma bancada que é considerada Oposição. Nós somos uma bancada que fala a voz do povo, é o jovem, é o meia idade e é aquele de cabelos brancos que já emprestou toda a sua vivência nesta vida terrestre, unanimemente, é só sair na rua, fazer a pesquisa que foi feita e que aí está o resultado, 97%, que é quase unanimidade do povo do Paraná, não quer vender a Copel.

Eu acredito que os nossos amigos da bancada da Situação, como o Edno, o Tureck, que não sei se é da bancada ainda ou vai ser do povo, terão a condição pela qual possam fazer valer o seu voto.

Concedo o aparte ao deputado Durval Amaral, e solicito da presidência, porque estou ocupando o horário do Pequeno Expediente, o horário do meu partido, PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se Vossa Excelência requerer o uso do horário do seu partido, liderança, será concedido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Muito obrigado, presidente.

Concedo o aparte com muito bom gosto.

O Sr. Durval Amaral

Ilustre amigo, deputado Zucchi, ouço atentamente o seu pronunciamento, e quero crer da maneira que Vossa Excelência conduz, abre-se oportunidade de debate, porque sem a paixão é possível discutirmos a privatização da Copel, nenhum de nós aqui se esquece que quem iniciou o processo de venda das ações da Copel foi o ex-governador Roberto Requião; nenhum de nós esquece que quando o governo Jaime Lerner precisou mandar autorização ou buscar o apoio desta Casa para autorizar a venda e a privatização da Copel, nos idos de 1998, vários dos senhores deputados, quase a grande maioria dos deputados desta Casa autorizaram a privatização da Copel naquela oportunidade.

E eu tenho certeza que essas restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 2515, que atropela a vontade de todos nós, porque imagine uma grande empresa como é a Copel, que tem um patrimônio líquido, certamente um dos maiores, senão o maior do Estado, que tem um dos maiores faturamentos do Estado do Paraná, o que pode acontecer com uma empresa como essa, que tem uma demanda de investimentos, muitas vezes superior ao seu lucro líquido, se ela não tiver financiamentos internacionais, se ela não tiver financiamentos nacionais, até porque, aonde a Copel cresceu ao longo de todos esse anos sempre foi com parcerias e empréstimos nacionais e internacionais, não obs-

tante a sua capacidade de gerar receita, então, eu quero apenas para esclarecer ao nobre deputado, que não é possível analisarmos o complexo energético do Paraná sem inserirmos no complexo energético brasileiro, sem estarmos atentos aos programas de desregulamentação do setor energético, sem estarmos atentos às restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional. Aí sim, nós vamos fazer uma grande discussão política sobre a questão. Claro está que nós teremos na sequência o embate político que se defronta com a proximidade da eleição e aí o discurso eleitoral pode inclusive prevalecer sobre o discurso técnico. Tudo bem. Nós saberemos respeitar porque o embate e a corrida é uma só e todos buscam a eleição do futuro governador do Paraná.

Então, eu entendo neste campo, a discussão. E no campo da tecnicidade, no campo da racionalidade nós estamos preparados para discutir a qualquer momento. Vamos trazer o secretário Ingo, vamos trazer debatedores da Oposição, vamos trazer debatedores da Situação para que a transparência prevaleça neste processo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu é que agradeço o aparte do Líder do Governo que tem a sua posição definida e que também nós respeitamos. Mas quero continuar dizendo que o secretário Ingo, infelizmente se encontra numa posição difícil. E vou contar um dos fatos que ocorreram com ele - ele como presidente da Copel estaria cobrando judicialmente uma das prefeituras do interior pela dificuldade que têm essas prefeituras de fazer com que os compromissos sejam cumpridos e a Copel executando o prefeito, cobrando e ameaçando judicialmente. O prefeito foi na secretaria de Finanças levando em baixo do braço um documento e junto com ele a comunidade representada pelos vereadores, pelos líderes comunitários e conseguiu uma audiência com o secretário Ingo. Chegava ele à frente do secretário e dizia: secretário, eu tenho uma dívida com a Companhia de Eletricidade do Estado, a Copel, aqui está a dívida - mas tenho este documento assinado pelo governador Jaime Lerner de um convênio antes da eleição e que até agora não foi cumprido e que me dá a condição que se me pagarem o convênio que o senhor paga como secretário, eu posso pagar o senhor como presidente da Copel se o governo cumprir aquilo que assina. E o governo não cumpriu e ele não pagou até agora a luz da Copel. Por quê?

Porque o governo quer cobrar, a mesma pessoa que é o presidente Ingo quer cobrar iluminação pública, quer cobrar tudo aquilo que é gasto no município, mas não paga o convênio já elaborado há muitos meses atrás e que a maioria dos senhores deputados são testemunhas da palavra que estou dizendo. Não cumpre os convênios, não cumpre as parcerias. E para cumprí-las eu acho que o mais fácil é como nós que aqui no encontramos - como é que se chega a esta Casa para a juventude que aí está?

Eu para ser vereador na minha cidade, eu fui duas vezes vereador, fui eleito pelo voto - para que chegar a prefeito de Ponta Grossa, que fui, disputei eleição e cheguei pelo voto - a quarta vez que sou deputado estadual eu cheguei aqui pelo voto.

E a consulta popular que diz se é certo, é errado, ou ele é competente ou tem que sair do mandato. E a consulta popular feita através de um projeto do ilustre colega deputado José Maria Ferreira é o caminho pelo qual o governador poderá ficar como se encontra, ou será um traidor do Paraná vendendo a Copel? A consulta popular que dá o mandato, que dá o respaldo, que é a voz do povo, é aquele que diz quem é deputado, vereador, prefeito, governador, senador, quem é presidente da República, mesmo que eu não concorde, mas a gente respeita a maioria.

Eu não acredito em metas pelo governo federal. Por quê? Porque o governo federal está atrelado, o governo federal está direcionado e aqui está a posição que eu também queria que o deputado José Maria Ferreira me respondesse. Aqui está a posição da direção internacional que não é bom, que não é salutar para a família brasileira, por quê? O presidente da república pertencendo a um partido, que é o do ilustre deputado, que é o do senador Álvaro Dias, que é o senador Osmar Dias, diariamente na televisão, ali está: PSDB do Paraná contra a privatização da Copel. Por quê isso? Porque eles são paranistas. Eles sabem que Brasília não deseja o bem do Paraná e, sim, trucidar com a família paranaense e com sua economia. O PSDB está diariamente mostrando na televisão.

Ontem cobraram do PMDB, do deputado Caíto Quintana, porque o PMDB nacional, alguns de seus membros estão aliados ao governo federal. Estão aliados ao PMDB nacional, por interesse.

Mas o verdadeiro PMDB do deputado Waldir Pugliesi, do Nereu Moura e de outros deputados e o PSDB, nesta Casa, de deputado José Maria Ferreira, são Paraná, defendendo a família do Paraná e não têm nada com aqueles vendáveis de Brasília. São pessoas que estão trabalhando contra o Brasil e querem trabalhar contra o Paraná. Pode pertencer a qualquer agremiação, primeiro tem que defender a família - é assim que esses deputados estão agindo, seja de qual for o partido. E é assim que agirão os deputados da base de sustentação o governo ou seja qual for o partido.

Vamos clarear o Paraná ao Paraná, como a luz que aqui está nos dando a oportunidade dessa luminosidade, dessa fala que estou fazendo. Estamos através de um som, de uma luz, tentando a voz das lideranças do Paraná. Se não fizerem um plebiscito, para saber da venda da Copel, nós próprios, através da CDL, de associações comerciais, de Rotary, de Lyons, Maçonaria, de vereadores, de Câmara, de todo o Paraná, de quem tiver o interesse de defender a família do Paraná, vamos procurar, através de um abaixo-assinado, mostrar para o governador que ele está errado em jogar a culpa em

administrações anteriores, e que agora ele está saneando parte que era déficit do Paraná.

É mentira! O governador que aí está, pegou o Paraná e, aqui veio o seu secretário de Finanças, com um número, de dívida. E vejam a dívida que o Paraná tem hoje! Vejam vocês as obras que foram realizadas! O que é que foi construído em termos de estradas no Paraná?

Notem os outros governadores, que pegaram dinheiro do povo, de impostos e alguns empréstimos e fizeram no Paraná, a malha viária do Estado. O que fez o atual governador? Pegou tudo aquilo, que foi feito com suor, sangue e sacrifício e pedagogiu as estradas do Paraná. Entregou para companhias que não construíram e quando pegaram os seus lotes, nenhum metro de asfalto fizeram!

Vejam o que ele está querendo fazer agora: pegar um patrimônio, como é a Copel e entregar de mão beijada àqueles que, com cinco, dez, doze anos de trabalho vão pagar o capital, que eles irão desembolsar. Vejam o Banco do Estado! Voltaremos a esse assunto - pela escassez de tempo - da Copel, tantas quantas vezes sejam necessárias, para nós, em um diálogo aberto, franco e amigo, em uma discussão onde entre técnicos, qualquer posição.

Quero dizer aos senhores que a nossa bancada de Oposição, na pessoa do deputado Waldyr Pugliesi, estará representando nesta tribuna ou em qualquer forum, o pensamento do que desejamos, que é realmente esclarecer a opinião do Paraná.

Se a Mesa permitir, concedo um aparte ao deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o seu horário. Já concedemos todas as prorrogações possíveis.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Podemos ceder o horário das oposições para que o deputado Luiz Carlos Zuk conceda os apartes e mantenha essa discussão sobre a Copel.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Concedo um aparte então ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Luiz Carlos Zuk, bem aqui ao lado do deputado Durval Amaral, eu quero fazer uma reflexão, talvez não pudesse fazer obviamente em aparte, mas essa questão de quantos governadores do PSDB, do PT, do PMDB privatizaram as suas empresas para mim não me diz absolutamente nada. Eu sou do PSDB, não votei para

o Fernando Henrique Cardoso, o nosso presidente, e não sou obrigado a concordar com o que esse governador fez ou aquele outro tenha feito.

Bom, dito isso é o seguinte: eu quero ser convencido pelo presidente da Copel, doutor Ingo que vai vir aqui, eu quero ser convencido pelo presidente da Copel de que o argumento maior é verdadeiro. Qual seja? Quero que me diga qual é a empresa dessa que foi privatizada que melhorou a distribuição, a geração, e que bateu no bolso do consumidor com preço menor de energia. Esse é o primeiro ponto, nós precisamos saber.

Senão, vejam só, é subestimar a nossa inteligência dizer que uma empresa venha de fora para competir com o Paraná, porque aqui tem geração, tem produção, tem distribuição e tem a transmissão da energia.

Então, na verdade é o seguinte, será que vale o quê? Será que essas empresas por exemplo vão fabricar um novo Rio Iguaçu lá no Nordeste para construir, deputado Cesar Silvestri uma afirmação como esta é uma afronta a alguém de formação técnica como Vossa Excelência, será que vão construir um novo Rio no Nordeste para daí fazer uma usina, para daí construir seis mil e poucos quilômetros de transmissão para competir conosco? Essa parte não.

Agora, se o doutor Ingo, com a experiência que tem comandando essa empresa, conhecendo o setor elétrico que conhece, se ele falar aqui, não que foi do PMDB, do PSDB, se ele disser: "Olha, foi privatizada tal empresa e essa empresa prestava esse tipo de serviço, depois de privatizada ela prestou este outro tipo de serviço". Aí é uma coisa convincente, e eu particularmente não tenho nenhum problema de rever a minha posição nesse sentido, mas tenho que ter realmente os dados que pasam nos convencer de que esta seja a melhor posição para o Paraná.

Agora esta de que os governadores do PSDB privatizaram, bom se privatizaram em primeiro lugar a população do estado é que deveria discutir se privatiza ou não. E o deputado Durval Amaral, ou eu estou enganado ou o governador faltou com a verdade, quanto nós votamos aqui para vender 47% das ações sem direito a voto. Ou eu estou enganado ou o governador não falou a verdade, eu não acredito nisso, eu fico com o governador, que ele falou que realmente estava vendendo o excedente das ações, que não privatizaria a Copel.

Então, o governador vai ter que dizer: "Olha, eu mudei de opinião", como é normal qualquer pessoa poder mudar de opinião. Agora, que nós autorizamos aqui a vender a Copel com esse argumento de que a Copel aqui não vai ser competitiva, aí não é verdade porque não foi isso que nós discutimos aqui,

Eu agradeço o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu que agradeço. Concedo um aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Ilustre deputado Zuk, em primeiro lugar eu quero só enfatizar o seguinte, que realmente o deputado Augustinho Zucchi não vai conseguir construir um novo rio, acho que nem ele e nem outro cidadão desse Planeta com certeza não conseguirão construir um novo rio. Mas pelo raciocínio do deputado Zuk, quem sabe ele consiga mudar as regras do mercado da livre concorrência em revogar a lei da livre concorrência, a lei de mercado, porque me parece que ele tentará manter um monopólio exclusivo da Copel que não subsistirá à livre concorrência do mercado, a lei da oferta e da procura e esta lei não somos nós, aqui, que vamos revogá-la ou mantê-la, quero crer que não é bem por aí.

Com relação ao discurso do PSDB, dos governadores, claro que ele não está obrigado a defender a postura do PSDB, até porque isso exigiria bastante coerência partidária, isso exigiria bastante coerência política e neste momento não é de coerência que estamos falando mas sim de oportunismo eleitoral.

Terceiro aspecto, quem privatizou as rodovias do Estado do Paraná, foi o governador Jaime Lerner e com toda certeza tinha um intuito, melhorar a qualidade das rodovias federais. O governador Jaime Lerner privatizou as rodovias federais que passavam pelo Estado do Paraná, e, não obstante a discussão sobre o pedágio que onera o cidadão, é inquestionável a melhoria da condição de tráfego nas rodovias paranaenses.

Faço estes esclarecimentos e tenho certeza que a necessidade de administração, a seriedade que um governo se coloca, muitas vezes vai um pouco longe do discurso. O senador e deputado federal Mário Covas, sempre teve um discurso contra as privatizações. A partir do momento que assumiu o governo, diante de uma dura realidade de caixa, foi a salvaguarda da privatização de todo setor energético brasileiro. Privatizou, no Estado de São Paulo e realizou um resultado financeiro de mais de 40 bilhões para os cofres públicos do Estado de São Paulo! E eu não acredito que ele tenha sido aí um oportunista não, e nem que tenha mudado de opinião, mas a dura realidade do caixa muitas vezes faz com que as decisões, mesmo que duras, mesmo que impopulares, tenham que ser tomadas para viabilizar o cidadão.

Para encerrar eu quero dizer, se nós temos, na Copel, uma referência de empresa lucrativa, o maior patrimônio público do Estado do Paraná que, com muita galhardia defende, por exemplo o Partido dos Trabalhadores é o servidor público do Paraná, por que é que se privatizará a Copel? 70% do resultado da venda da Copel será usado para se manter os servidores públicos do Estado do Paraná, para o Fundo de Previdência, para pagar aposentadoria e pensão a todos os servidores do Paraná.

Por esta razão é que a Copel será privatizada.
Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando o tempo das oposições e novamente agradecendo ao deputado Waldyr Pugliesi que nos emprestou o tempo para os apartes dos deputados Zucchi e Durval Amaral. Eu queria concluir dizendo o seguinte ao ilustre Líder do Governo.

A Rodovia do Café não era rodovia federal, a nossa rodovia de Ponta Grossa até Londrina, nunca foi federal, a nossa rodovia de Ponta Grossa até Itararé nunca foi federal e estão pedagiadas.

Então, o governo realmente tomou de assalto através do atual governador, estradas construídas com o suor, com o sangue e com o trabalho dos paranaenses, e principalmente, com a economia feita por administradores anteriores.

Nós estaremos vigilantes e fazendo com que bancada, não da Oposição, mas a bancada do povo, esteja ela onde estiver, estaremos cobrando da sociedade a sua participação na identificação daquilo que é melhor para a família paranaense.

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Apelo ao nobre deputado Luiz Carlos Zuk que atenda ao regimento Interno da Casa. Seu tempo esgotou, nós concedemos todas as prorrogações possíveis, está esgotado. Está encerrado o seu pronunciamento. Nós vamos usar, com todos os deputados, as mesmas condições.

No Pequeno Expediente, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

No momento como o atual que vivemos, se discute com muito vigor, com muita garra, com muita disposição, com muito conhecimento, o processo de privatização das empresas públicas em nosso País.

Sabemos nós que esta é uma política emanada do governo federal, desde que assumiu a presidência da República, a Sua Excelência, o presidente Fernando Henrique Cardoso vem impondo a todo Brasil um processo massacrante de privatizações, atendendo a uma determinação do Fundo Monetário Internacional, atendendo a determinações da economia globalizada.

E nós estamos assistindo todos os dias mais e mais empresas públicas serem vendidas.

Eu quero neste momento, mais uma vez, realçar a nossa opinião, reafirmar a nossa posição que é histórica, digo histórica porque quando na legislatura passada, lá em Brasília que estava como deputado federal, sempre me opus à venda indiscriminada de empresas públicas nesse famigerado processo de privatização.

Em diversos momentos fiz pronunciamentos a respeito da venda do setor de comunicações, do setor petrolífero, do setor energético, e também já naquela época, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, no setor de saneamento básico, e já se comentava naquela

época a privatização do saneamento básico em nosso País.

E eu quero neste momento, senhor presidente, fazer uma solicitação, solicitação que faço à presidência da Casa, e também ao ilustre deputado Basílio Zanusso, presidente da Comissão de Constituição e Justiça para agilização de projetos da nossa autoria e também de autoria do deputado Ademir Bier, que tratam exatamente do saneamento básico.

Sabemos, através da imprensa escrita, falada, televisada que o processo de privatização também avança na direção do saneamento básico.

E nós que acompanhamos o sofrimento da população, principalmente da população de baixa renda, ao pagar a sua conta de água, sua conta de telefone, a sua conta de luz, vê muitas vezes, o pagamento que faz não corresponder a realidade do que consumiu. Assim acontece nas faturas de telefone quando se paga a tal assinatura básica, que até hoje não se explica porque existe uma assinatura básica. Nós devemos pagar aquilo que nós consumimos.

Da mesma maneira, a energia elétrica, nós pagamos lá um valor em quilowatts, sai uma fatura com o pagamento mínimo, e se o senhor tiver por acaso uma ligação em sua residência que seja trifásica, o valor ainda é muito mais alto, mesmo que nenhuma lâmpada tenha sido acesa durante todo o período.

Da mesma maneira, o saneamento básico, se os senhores consomem um ou dois, ou três metros cúbicos de água no mês, no final do mês o senhor vai pagar uma fatura mínima de 10 metros cúbicos. E o que é pior, senhor presidente, além dos 10 metros cúbicos mínimos cobrados pela Companhia de Saneamento do Paraná, ele impinge mais 80% como consumo de esgoto, o que eu considero um escárnio, e venho falando isso há muito tempo.

Já mantive contato com técnicos da Sanepar para rever esta condição, e o pior, eles usam de uma recomendação que foi elaborada para atendimento da saúde da população, para o benefício próprio da Sanepar.

Vejam o que diz a recomendação da Organização Mundial de Saúde: - “Uma família para ter todas as suas necessidades de higiene, todas as suas necessidades de sobrevivência digna deve consumir, ao mês, no mínimo 10 metros cúbicos de água”.

Baseada nisso a Sanepar cobra como taxa mínima da nossa população sofrida 10 metros cúbicos, mesmo ela consumindo um, dois ou três metros cúbicos. Além disso, é taxado em mais de 80% como taxa de esgotamento sanitário onde existe a rede de esgotamento sanitário.

O que é pior, a Sanepar vem adotando uma outra medida que sacrifica mais ainda aquelas pessoas de baixa renda.

Todos nós sabemos das dificuldades que atravessam as pessoas hoje, para encontrar trabalho, um emprego. O pai vivendo de uma aposentadoria tem a sua

casa simples, na periferia das cidades e primeiro ele casa o filho. Ele consegue construir uma meia-água no fundo do seu terreno. Em seguida casa uma filha e ele novamente consegue com muito esforço, com ajuda de todos construir uma outra pequena casa para a filha. Aquele terreno passa a ter três casas, mas tem apenas um relógio, um medidor. Se vocês forem olhar no talão que é emitido mensalmente pela Sanepar, nós vamos lá ver que a Sanepar cobra como se fossem três economias cobrando por uma medição. Por um relógio que está ali instalado, de um aposentado, que recebe 151 reais por mês e sustenta praticamente as três famílias, em torno de 50 reais, 52 reais de taxa de água e mais 80% de rede de esgotamento sanitário.

Nós não podemos concordar com isso, cansamos de fazer solicitações.

Por isso, senhor presidente, o meu pronunciamento neste momento é para reafirmar a nossa posição e solicitar de Sua Excelência, como também do presidente da CCJ, deputado Basílio Zanusso, para que sejam agilizados esses processos.

Processo 267/99, palavra do deputado Ademir Bier.

Processo 157/2000, da nossa autoria, que trata da redução da taxa cobrada pelo esgotamento sanitário.

Processo 017/2001, da nossa autoria que proíbe a cobrança por parte da Telepar, e de qualquer outra empresa de comunicação da Copel e da Sanepar, da cobrança de taxas mínimas. Que passe a ser tarifado por aquilo que é consumido, porque isso nós temos a convicção e a certeza de que é correto.

Ninguém pode pagar por aquilo que não comprou, ninguém pode pagar alguma coisa porque foi determinado. Tem que ser respeitado aquilo que a pessoa comprou, consumiu.

Então o Projeto 017/2001 trata exatamente disso, para que essas empresas tarifem. Se a pessoa consumiu um metro cúbico de água, seja cobrado um metro cúbico de água. Se a pessoa não consumiu água não pode ser cobrado nada. Se não consumiu energia elétrica não se pode cobrar. Da mesma forma acaba-se com as famigeradas assinaturas nas cobranças de telefonia fixa e de telefonia celular.

O meu pronunciamento é no sentido de solicitar ao presidente desta Casa e do presidente da CCJ a agilização desse processo para que possamos, senhor presidente, eu lhe peço, dentro das possibilidades, inserirmos na pauta da próxima semana estes projetos, para que possamos proceder à votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Pela Ordem, com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar, neste Plenário, a presença do ex-prefeito de Bom Jesus do Sul, Paulinho Deola e do nosso vereador de Bom Jesus, Lori Varela, que estão neste momento acompanhando esta sessão.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aproveitamos, também para registrar a presença do vereador Rogério Massing, presidente da Câmara de Toledo, Almir Silveira e Valdir Utz, servidores da Câmara Municipal de Toledo.

No Horário destinado às Lideranças, consultemos o PL, PSB, PSC, PST, PSL, PT, PMDB, PFL se desejam fazer uso da palavra.

Havendo declinado, concedemos a palavra ao deputado José Maria Ferreira, no Horário destinado ao PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados. Não tenho dúvidas de que o começo deste ano será pautado pela discussão da venda da Copel. E esta Casa não poderia agir diferente. Esta Casa, se não desse importância, relevância à questão da privatização de uma das maiores empresas do sistema hidrelétrico nacional, nós não teríamos razão de estar aqui falando em nome da população do nosso Estado.

Uma empresa que ontem ainda fez publicar na imprensa nacional, cumprindo determinação da Lei nº 6404, balanço que acusa um lucro de 430 milhões de reais! O segundo maior lucro dentro do sistema geração do nosso País. Uma empresa que a cada ano vem se prontificando por competência sobre competência, aonde seus dados de eficiência cada vez se mostram mais pontuais.

Foi apontada pela ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica como a empresa que menos reclamações tem. Foi apontada como a empresa que tem 73% do seu consumidor satisfeito com o padrão de fornecimento do serviço e da energia elétrica. Uma empresa que dá consultoria, não só na América do Sul, mas hoje dá consultoria para a realização da maior obra deste planeta no setor geração de energia elétrica, que é lá na China, no vale do rio Três Gargantas.

Isto tudo é questão de merecer a atenção desta Casa. E não poderia, aqui deputados, nos calarmos ou seguir, como quis dizer o líder do Governo, que o PSDB, a nível nacional, encaminha para a privatização.

Ora! Eu admito, sou PSDB, entendo que Fernando Henrique Cardoso tem posições acertadíssimas acerca da economia nacional, mas não tenho que acompanhá-lo em todas as decisões que ele toma.

Particularmente, na questão da energia elétrica sou contrário, não só nesse governo, porque não sou oportunista eleitoral. Tenho posições e as posições são antes e depois da eleição. Antes e depois da campanha porque eu

tenho compromissos com o eleitor. Não faço aqui oposição eleitoral, mas por convicção.

Convicção de quem entende que o sistema energético é mola propulsora do desenvolvimento neste País, e de qualquer país do mundo.

Responsabilidade de quem sabe e de quem tem consciência de que o sistema hídrico não deve pertencer a uma empresa de capital privado, mas deve estar a serviço da sociedade, porque é o elemento mais fundamental, a questão da água.

Nós estamos falando e ouvindo isso a todo tempo deputado Zucchi e Vossa Excelência que tem na sua região uma das maiores regiões inundadas e geradoras de energia sabe dessa importância, daí a sua posição pontual nesta questão.

O PSDB do Paraná, de forma firme e definida, não só agora no período do horário gratuito.

Mas, não é por uma questão pontual que não estamos fazendo isso, o PSDB já está fazendo, os senadores Álvaro e Osmar Dias e o partido do Paraná, têm um posicionamento tirado de dentro do partido, quanto a importância da venda da Copel.

Uma empresa que dá lucro, atende, é motora do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado!

Mario Covas, senhor presidente privatizou a CESP dividiu a CESP em 5 (cinco) empresas regionais. Mas, ele fez para tampar um buraco que era enorme nas finanças públicas de São Paulo.

Aqui no Paraná foi criado neste governo um buraco que estão colocando o Banestado, Copel e logo mais a Sanepar e ainda não vai dar para tampar.

Por isso é que nós não podemos, de forma alguma, se por convicções ideológicas ou por bom senso, permitir a privatização da Copel.

Estaremos sempre na defesa do sistema hidrelétrico, na mão do controle do Estado. Ele não precisa ser estatal, mas ele precisa estar na mão do controle do Estado.

A Copel não se subsistiria numa situação de livre mercado. Não é verdade!

A Copel reduziu de 95, aonde ela tinha 9.400 funcionários, hoje ela tem 6.400 funcionários, já dentro da visão empresarial do mercado livre e, não precisou ser privatizada. Ela já vem ganhando eficiência e mais eficiência dentro do mercado livre concorrência e não precisou ser privatizada.

Hoje a Copel atua no mercado livre de energia vendendo energia elétrica para empresas do Estado de São Paulo e não precisou ser privatizada.

Nós estamos precisando quem sabe, de seriedade e competência na Copel, aí o Estado não perderia o seu controle.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, ainda há pouco eu comunicava à imprensa da nossa Casa e passo a fazer o comunicado

ao Plenário que o nosso relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos encontra-se já na sua fase final, apenas uma pequena revisão faremos após o encerramento desta sessão e estaremos entregando o relatório final a Vossa Excelência, à Comissão Executiva desta Casa e posteriormente na próxima semana estaremos fazendo a leitura comunicando oficialmente o trabalho que a Comissão desenvolveu durante este período.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, comunico a este Plenário, aos nobres parlamentares que acabo de entregar à Mesa o Relatório Final da CPI dos Supermercados e na segunda-feira farei aqui então a leitura oficial deste relatório final que, com certeza, será altamente benéfico à sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Só queria um esclarecimento do nosso relator da CPI dos Supermercados se este relato será feito no Plenário ou numa reunião da CPI?

O SR. ADEMAR TRAIANO

Solicito ao senhor presidente, que, na verdade, pode fazer ou dar as melhores explicações. É lógico que nós vamos na segunda-feira, antes da leitura do relatório, deputado Cezar Silvestri, discutir com os demais parlamentares, ainda hoje, não na segunda-feira, já é da ampla maioria e do conhecimento da maioria dos deputados, e com certeza antes da leitura oficial todos os demais parlamentares terão.

O horário será segunda-feira pela manhã, que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do senhor deputado Cleiton Kielese, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 030/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Distrito de João Vieira, com sede e foro no município de Faxinal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 030/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Distrito de João Vieira, com sede e foro no Município de Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 200/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia em Crimes na Internet, com atuação em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 294/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 294/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 372/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - Dasap Norte Paranaense, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 372/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - Dasap Norte Paranaense, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 397/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Ensino de Castrolanda, com sede e foro no município de Castro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
O PROJETO DE LEI Nº 397/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Ensino de Castrolanda, com sede e foro no município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense em relação a arrecadação de ICMS, FPM, e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 134/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar a prestação de informações, discriminada e regularmente, nas faturas de energia elétrica ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS (Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e sobre os repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) de cada município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio:

Tony Garcia, Antonio Baratter, Ricardo Maia, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à apresentada no artigo 1º consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

O prazo estipulado no artigo 5º, de 180 dias para o Poder Executivo regulamentar a Lei é incompatível com a natureza autorizatória da Proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

Já no artigo 6º a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de Lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal.

O Projeto será encaminhado à C.C.J.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do deputado Nelson Justus, inclui os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto ao núcleo regional de educação de Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO E LEI Nº 563/99

O Artigo 1º, do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam incluídos os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto, na área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, mediante consulta a comunidade docente e discente dos municípios em questão.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin.

O Projeto será encaminhado à C.C.J.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P. e C.D.H.C.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), ambas de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 643/99

O *caput* do artigo 2º do Projeto de Lei nº 643/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Estado, através de convênio, providenciará instalações adequadas para o recolhimento dos menores, conforme disposto no artigo anterior.”

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoioamento:

Ricardo Maia, Antonio Baratter, Cesar Seleme, Edno Guimarães.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Fica suprimido o artigo 6º do Projeto de Lei nº 643/99.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoioamento:

Ricardo Maia, Antonio Baratter, Cesar Seleme, Edno Guimarães.

O projeto será encaminhado à C.C.J..

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário em número de duas, de autoria do senhor deputado Durval Amaral e da senhora deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 653/99

A presente emenda visa alterar a redação original do Projeto de Lei nº 653/99, especificamente, do seu artigo 2º; suprimir o artigo 3º e respectivos parágrafos, além da expressão “revogadas as disposições em contrário”, de seu artigo 4º, que, renumerado, passará a ser o artigo 3º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - A construção do hospital ficará sujeita às diretrizes técnicas e legislação nacional que rege o Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Tony Garcia, Antonio Baratter, Ricardo Maia, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no parágrafo único do artigo 3º da proposta legislativa, porque invade competência do Poder Executivo.

A supressão da expressão final do artigo 4º: “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração

e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar nº 95/98.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Emenda Modificativa: altera o artigo 3º e o § 1º, ficando com a seguinte redação:

“Art. 3º - Os estudos técnicos necessários para a construção do Hospital Regional do Sudoeste, devem ser necessariamente concluídos até o final do segundo semestre do ano 2001, de forma a propiciar o planejamento orçamentário à construção do hospital para o ano de 2002.

§ 1º - É fixado o primeiro semestre do ano 2001 como data limite máxima para o início das obras de construção do Hospital Regional do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Moysés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pela necessidade de adequar as datas de elaboração dos estudos técnicos e do decorrente início das obras de construção.

O projeto será encaminhado à C.C.J.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/99, de autoria do deputado Elio Rusch, que inclui o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A. COM EMENDA DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 188, de 07.12.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 640/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Rusch, tem por objetivo incluir o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer Favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 640/99

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 640/99 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica incluído o município de Guaraniaçu na abrangência do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.”

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Durval Amaral, Tony Garcia, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 640/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Rusch, tem por objetivo incluir o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Chamada esta comissão a se manifestar, entendendo que a proposição visa atender reivindicação da população de Guaraniaçu, principalmente do magistério local, assim somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando o seu arquivamento, porque sobre o mesmo já existe a Lei nº 12.942.

Arquive-se o projeto.

Está em votação o requerimento formulado pelo deputado Durval Amaral.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Fica, portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 640/99.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Queria consultar a Vossa Excelência: apresentei uma emenda ao item 7º da pauta, para que este projeto pudesse voltar à C.C.J. Mas gostaria de saber de Vossa Excelência, se posso retirar a minha emenda, para que o Plenário aprecie o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já decidimos. É matéria vencida.

O SR. NEREU MOURA

Mas posso abrir mão da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando retornar, o senhor poderá, na próxima discussão.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Gostaria de registrar a presença, neste Plenário, do vereador de Honório Serpa, senhor Rovansir Noll.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 430, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 443 e 444, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 446 e 447, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 448, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 450, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 395, 407, 409, 410 e 415/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2001.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 008/2001 - DAT

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903700	000	345.933,98

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33908000	000	345.933,98

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.03.2001

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado VALDIR ROSSONI

Primeiro Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março, do ano de dois mil e um na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Basílio Zanusso e Caíto Quintana para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Basílio Zanusso agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, CARLOS SIMÕES, ALGACI TULIO, ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, DUÍLIO GENARI, JOSÉ MARIA FERREIRA, SÉRGIO SPADA, HERMES FONSECA, BASÍLIO ZANUSSO, MARCOS ISFER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, SERAFINA CARRILHO, MOY-SÉS LEÔNIDAS, ANTONIO CARLOS BELINATI